

# Carta do Editor Brasileiro

É com satisfação que apresento aos leitores da Revista Brasileira de Linguística Aplicada o número temático sobre Políticas e Planejamento Linguístico.

Este número traz um olhar global e multilíngue sobre questões que vão da revitalização e manutenção de línguas a questões sobre atitudes e motivação. Os artigos tratam tanto de contextos educacionais quanto do uso de línguas fora do contexto das salas de aula. Do ponto de vista dos leitores brasileiros da revista, é nossa esperança que o presente número chegue como fonte de ideias e como inspirador de questionamentos. Afinal, trata-se de um número especial que vem à luz neste que pode ser considerado um momento importante da história nacional no que toca o potencial para o surgimento de políticas e intervenções em questões linguísticas, em especial as línguas diferentes do português. Por exemplo, é bem sabido que há grandes investimentos governamentais para a internacionalização da formação universitária, por meio de programas como o “Ciência sem Fronteiras”, da CAPES, e que esse novo contexto engendrou como resposta o fomento, em algumas universidades, a iniciativas para dar conta do possível crescimento da demanda de quadros discentes com amplas capacidades em línguas estrangeiras, assim como de avaliação segura desse perfil de competência. Outro indício é a inclusão recente das línguas estrangeiras no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), cujas diretrizes fornecem um exemplo claro de política linguística educacional. O presente número da RBLA é uma resposta da comissão editorial desta revista aos novos cenários que despontam.

O número é aberto com uma introdução do Prof. Richard Baldauf, da University of Queensland, na Austrália, nosso co-editor convidado. O Prof. Baldauf é um especialista renomado na área de políticas e planejamento linguístico. Em sua introdução, o Prof. Baldauf relata o nascimento e o desenvolvimento dessa área como disciplina acadêmica, assim como pondera sobre seis temas que poderão oferecer as diretrizes de seus desdobramentos futuros. O artigo do Prof. Baldauf não apenas informa ao leitor que se inicia na temática sobre seus fundamentos, mas também coloca os artigos desta coleção – brevemente apresentados por mim a seguir – no devido contexto de área do conhecimento. Manifestamos nosso sincero agradecimento ao Prof. Baldauf por sua valiosa contribuição para este número.

Os dois primeiros artigos do número tratam da perspectiva do inglês como *lingua franca*. Schmitz nos oferece uma revisão do trabalho científico sobre tal perspectiva, explorando suas implicações para o ensino e a avaliação e chamando-nos a considerar os desafios e oportunidades nela encerrados para a prática de linguística aplicada e do ensino de línguas estrangeiras. Vodopija-Krstanoviæ e Brala-Vukanoviæ, por sua vez, contribuem para nossa compreensão desses desafios e oportunidades com dados empíricos de um estudo do contexto croata de ensino superior, sobre o qual reportam a existência de prevalência da aderência às normas de falantes nativos do inglês. Nesse artigo, é enfatizada a importância de aprofundamento de estudos sobre os usos internacionais e não nativos do inglês, assim como a existência de políticas que fomentem o reconhecimento dos usos do inglês como língua franca com orientações para o ensino.

Os dois próximos artigos ilustram como facetas e corolários de políticas educacionais, assim como as respostas a elas, têm o potencial de intervir direta ou indiretamente no desenvolvimento de habilidades linguísticas, trazendo impactos tanto favoráveis quanto desfavoráveis para a disponibilidade de indivíduos linguisticamente capacitados como uma riqueza humana das sociedades. Burke e Oliveira oferecem uma revisão do “No Child Left Behind Act” no contexto estadunidense e discutem o decorrente aumento da prática de testes educacionais padronizados. As autoras apresentam o “No Child Left Behind Act” como medida que extraoficialmente oficializa o inglês como língua nacional naquele país, colocando em risco a existência de línguas diferentes do inglês. Almeida discute a história recente do inglês como língua estrangeira na educação pública brasileira e apresenta uma interpretação dos documentos oficiais que ofereceram diretrizes para a disciplina. O autor retoma o debate em torno da funcionalidade do ensino de habilidades orais na escola pública brasileira e expressa uma crítica das orientações que norteiam a avaliação da qualidade do material didático para o ensino de línguas estrangeiras no PNLD.

Os três artigos que encerram o presente número oscilam entre as ressonâncias da globalização e da localização, trazendo análises e relatos de iniciativas e esforços de manutenção e revitalização linguística. Singh, Zhang e Besmel analisam o impacto da globalização e da economia contemporânea nas práticas e políticas linguísticas de sociedades multilíngues, discutindo como as pressões entre a entrada de línguas globais e a manutenção da pluralidade linguística local são enfrentadas no Afeganistão, na China, na Índia e no Nepal.

O artigo de Ting traz um estudo da implementação de políticas de línguas nacionais com três grupos étnicos do estado de Sarawak, na Malásia. O relato revela o perfil sociolinguístico dessas populações, assim como o impacto diferencial do programa de política linguística em cada uma delas, fatos que são interpretados por meio de uma teoria de jogos dos resultados de políticas linguísticas. Picanço relata trabalhos de descrição e codificação de uma língua Tupi minoritária falada no norte do Brasil. O relato da autora narra aspectos da execução de um projeto de revitalização conduzido na área indígena de Kwatá-Laranjal, no estado do Pará, no qual foram articulados esforços para o levantamento de perfis sociolinguísticos, para a codificação ortográfica e para a promoção da língua na escolarização.

Esperamos que o presente número propicie aprofundamento de reflexões sobre a dialética do local e do global que perpassa as questões linguísticas atuais, assim como de reflexões em torno do papel dos linguistas aplicados e dos educadores na promoção de acesso justo aos direitos e recursos linguísticos disponíveis para as sociedades.

Ricardo Augusto de Souza